
***Ventos de Santo
Onofre II Energias
Renováveis S/A***
***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S/A

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S/A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S/A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S/A

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 4 de maio de 2023


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Patricia Seoane Azevedo Biondi
Contadora CRC 1BA040103/O-0

Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S/A

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	2022	2021 (Reapresentado Nota 1.2 (d))	Passivo e patrimônio líquido	2022	2021 (Reapresentado Nota 1.2 (d))
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	11.357	8.019	Fornecedores (Nota 10)	1.176	755
Contas a receber (Nota 7)	2.471	2.229	Arrendamentos a pagar (Nota 12)	119	110
Partes relacionadas (Nota 8)		2.017	Contas a pagar – CCEE (Nota 11)	7.940	10.587
Impostos a recuperar	194	123	Partes relacionadas (Nota 8)	16.198	14.979
Outros ativos	1.520	323	Dividendos a pagar (Nota 8)	1.363	1.363
Total do ativo circulante	15.542	12.711	Obrigações fiscais e trabalhistas	83	192
			Outros passivos	60	8
Não circulante			Total do passivo circulante	26.939	27.994
Partes relacionadas (Nota 8)	921	967	Não circulante		
Intangíveis (Nota 9)	162	176	Contas a pagar - CCEE (Nota 11)	14.988	5.539
Imobilizado (Nota 9)	85.808	93.505	Partes relacionadas (Nota 8)	15.917	24.001
Total do ativo não circulante	86.891	94.648	Impostos diferidos (Nota 18)	9.837	8.456
			Arrendamentos a pagar (Nota 12)	2.650	2.769
			Provisão para desmobilização (Nota 13)	4.323	4.100
			Total do passivo não circulante	47.715	44.865
			Patrimônio líquido (Nota 14)		
			Capital social	31.223	31.223
			Prejuízos acumulados	(3.444)	
			Reserva de lucros		3.277
				27.779	34.500
Total do ativo	102.433	107.359	Total do passivo e patrimônio líquido	102.433	107.359

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S/A
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2022</u>	<u>2021</u> (Reapresentado Nota 1.2 (d))
Operações continuadas		
Receita líquida da venda de energia (Nota 15)	17.983	18.235
Custos de operação (Nota 16)	<u>(12.616)</u>	<u>(13.060)</u>
Lucro bruto	5.367	5.175
Despesas gerais e administrativas (Nota 16)	(850)	(838)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas (Nota 16)	(1.674)	5
Lucro operacional antes do resultado financeiro	<u>2.843</u>	<u>4.342</u>
Despesas financeiras (Nota 17)	(9.115)	(8.348)
Receitas financeiras (Nota 17)	932	377
	<u>(8.183)</u>	<u>(7.971)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>(5.340)</u>	<u>(3.629)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 18)	(1.381)	(1.182)
Prejuízo do exercício	<u>(6.721)</u>	<u>(4.811)</u>
Prejuízo do exercício por lote de mil ações - R\$ mil	<u>(0,22)</u>	<u>(0,15)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S/A
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2022</u>	<u>2021</u> (Reapresentado Nota 1.2 (d))
Prejuízo do exercício	(6.721)	(4.811)
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente total	<u>(6.721)</u>	<u>(4.811)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S/A**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**

Em milhares de reais

	<u>Capital</u>		<u>Reservas de lucros</u>				<u>Total</u>
	<u>Subscrito</u>	<u>A integralizar</u>	<u>Legal</u>	<u>Retenção de Lucros</u>	<u>Incentivos fiscais</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	
Em 1° de janeiro de 2021	40.001	(8.778)	498	7.098	734		39.553
Ajustes - Nota 2.1 (d))				(242)			(242)
Em 1° de janeiro de 2021 (Reapresentado – Nota 2.1 (d))	40.001	(8.778)	498	6.856	734		39.311
Prejuízo do exercício (Reapresentado – Nota 2.1 (d))						(4.811)	(4.811)
Destinações:							
Reversão de reservas				(4.811)		4.811	
Em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	40.001	(8.778)	498	2.045	734		34.500
Prejuízo do exercício						(6.721)	(6.721)
Destinações:							
Reversão de reservas			(498)	(2.045)	(734)	3.277	
Em 31 de dezembro de 2022	40.001	(8.778)				(3.444)	27.779

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S/A
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2022	2021 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(5.340)	(3.629)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício		
Depreciação e amortização (Nota 16)	6.613	6.555
Baixas de imobilizado e intangível (Nota 9)	3.690	1.043
Atualização provisão para desmobilização (Nota 17)	223	620
Despesas financeiras com arrendamento (Nota 17)	219	220
Juros s/cessão de recebíveis (Nota 17)	8.002	6.826
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber de cliente	(242)	(265)
Impostos a recuperar	(71)	(96)
Outros ativos	(1.197)	28
Partes relacionadas	2.008	(79)
Fornecedores	421	514
Contas a pagar – CCEE	6.802	4.601
Obrigações fiscais e trabalhistas	(109)	134
Outros passivos	52	(1)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	21.071	16.471
Juros pagos	(8.002)	(6.826)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	13.069	9.645
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado e ao intangível (Nota 9)	(2.592)	(2.721)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(2.592)	(2.721)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas – pagamento de principal	(6.810)	(6.810)
Pagamento de arrendamentos (Nota 12)	(329)	(318)
Pagamento de dividendos		(1.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(7.139)	(8.128)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	3.338	(1.204)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	8.019	9.223
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	11.357	8.019
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	3.338	(1.204)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S.A. – (“Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Simões - PI, constituída com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Onofre II. A Companhia é controlada pela Ventos de São Tito Holding S.A.

Em 18 de dezembro de 2015, a Companhia entrou em operação comercial, conforme Despacho nº 4.071, de 17 de dezembro de 2015, emitido pela ANEEL.

Em 08 de agosto de 2022, a AES Brasil Energia S.A. assinou um SPA com a Cubico Brasil S.A. para a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social da Ventos de São Tito Holding S.A., controladora da Companhia. Em 30 de novembro de 2022, após o cumprimento das condições precedentes, o processo de aquisição foi concluído e a titularidade de 100% das ações, bem como o controle foram transferidos.

A Companhia é controlada diretamente pela Ventos de São Tito Holding S.A. e indiretamente pela AES Brasil Energia S.A.

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL a seguinte autorização e registro de geração:

<u>Eólica</u>	<u>Estado</u>	<u>Cidade</u>	<u>Capacidade Instalada MW (*)</u>	<u>Energia Assegurada MWh/ano (*)</u>	<u>Início</u>	<u>Término</u>
Onofre II	Piauí	Simões	30,0	139.284	Setembro de 2015	Setembro de 2035

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria em 4 de maio de 2023.

(*) Não auditado

(a) Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 11.397 (2021 - R\$ 15.283), devido principalmente ao saldo entre partes relacionadas impactado essencialmente pelo contrato de cessão de recebíveis entre a companhia e sua controladora Ventos de São Tito Holding devido ao modelagem de financiamento adotado junto ao BNDES/Debentures de Infraestrutura, e também devido as contas de ressarcimento(CCEE) e ao processo de *constrained off*, (nota 11) valor este contabilizado no ativo circulante.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo nas demonstrações contábeis de 2022 e 2021, está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Contrato de Energia de Reserva – CER

A Companhia firmou em, 5 de agosto de 2014, um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

Pelo referido contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de setembro de 2015, ao preço de R\$ 128,30, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA.

A partir 18 de dezembro de 2015, a Companhia passou a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato. Eventuais diferenças entre o valor recebido e o valor de energia elétrica efetivamente gerada serão compensadas financeiramente. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada.

O limite contratual aceito, é equivalente ao fornecimento de 90% a 130% da energia contratada de um ano, apurada ao final de cada quadriênio. Nestes casos, o desvio positivo ou negativo entre a energia fornecida e a energia contratada é reconhecida no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação do preço contratual vigente sobre o MWh apurado, observando-se que quando o fornecimento estiver entre 90% e 100% será aplicada uma penalidade de 6% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada serão compensadas a cada quadriênio contratual, sendo que o primeiro quadriênio se encerrou em 31 de agosto de 2019.

Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade, equivalente a 15% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, a Companhia receberá 70% sobre o valor do contrato que exceder aos 130%. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre a partir de setembro do ano corrente até agosto do ano subsequente, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE.

Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui nenhum efeito significativo, além dos valores já registrados, a ser reconhecido em decorrência dos critérios mencionados anteriormente.

(c) Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2022

Efeitos decorrentes do conflito entre Rússia e Ucrânia

Em decorrência do atual conflito entre Rússia e Ucrânia, a Companhia monitora continuamente os seus efeitos, diretos e indiretos, refletidos na sociedade, economia e nos mercados (internacional e doméstico), com o objetivo de avaliar os eventuais impactos e riscos para os seus negócios.

Dessa maneira, podemos separar em 3 (três) as principais áreas de avaliação da Companhia:

- (i) Pessoas: a Companhia não possui colaboradores, tampouco instalações, de nenhuma natureza nas localidades relacionadas ao conflito.
- (ii) Insumos: não identificou nenhum risco de curto e longo prazo, de uma possível interrupção ou escassez no fornecimento de insumos para as suas atividades.
- (iii) Comercial: até o presente momento, a Companhia continua com as suas transações conforme planejado, mantendo o atendimento a seus clientes em todos os seus setores de atividade.

Por fim, é oportuno informar que, em decorrência do atual cenário, a Companhia tem mantido ações para monitorar em conjunto com suas principais partes interessadas, com o objetivo de garantir a atualização necessária e fluxo de informações tempestiva à dinâmica da conjuntura global para suas tomadas de decisão.

Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade

Até o momento não foram identificados impactos diretos decorrentes de mudanças climáticas nas operações da Companhia. A avaliação da Companhia sobre os potenciais impactos das mudanças climáticas e a transição para uma economia de baixo carbono é efetuada de forma contínua e seguirá evoluindo e, quando aplicável, seus impactos serão considerados e avaliados pela sua gestão.

2 Apresentação das informações contábeis e principais políticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. O exercício social da Companhia se encerra no dia 31 de dezembro de cada ano.

2.1 Base de preparação

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto o passivo de arrendamento que é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo na sua mensuração inicial e é mantido ao custo amortizado na mensuração subsequente.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3.

(b) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

(c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas estão em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma.

(d) Reapresentação dos saldos comparativos

Após a aquisição da Companhia pela atual controladora AES Brasil Energia (ou AES Brasil), a Administração identificou um erro na contabilização e apresentação das informações relacionadas ao ressarcimento, especificamente que o valor reconhecido como passivo de ressarcimento não havia sido atualizado pelo IPCA. A Administração entende que a atualização monetária do passivo de ressarcimento está estabelecido pela CCEE e, deve ser aplicada para os todos saldos de ressarcimentos suspensos.

Dessa forma, a Companhia efetuou a correção das informações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação. Os efeitos relativos ao balanço de abertura de 2021 eram imateriais. O ajuste foi efetuado no passivo circulante, nota 11, em contrapartida ao resultado financeiro, nota 17, no montante de R\$ 632. O passivo está sendo atualizado pelo IPCA desde 30/11/2019.

Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As representações estão representadas nos quadros a seguir:

Balanço Patrimonial:

31/12/2021	Nota	Original	Ajuste	Reapresentado
Ativo				
Circulante		12.711		12.711
Não circulante		94.648		94.648
Total do ativo		107.359		107.359
Passivo e patrimonio líquido				
Circulante	11	27.120	874	27.994
Não circulante		44.865		44.865
Patrimônio líquido	14	35.374	(874)	34.500
Total do Passivo e patrimonio líquido		107.359		107.359

Demonstração do resultado

31/12/2021	Nota	Original	Ajuste	Reapresentado
Despesa financeira	17	(7.716)	(632)	(8.348)
Prejuízo líquido do exercício		(4.179)	(632)	(4.811)

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor).

2.3 Contas a receber

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas pela valorização da energia fornecida, em MWh, pela tarifa vigente do Contrato de Energia de Reserva – CER (Nota 1). Caso a energia fornecida seja inferior à energia contratada no período de apuração do Contrato de Energia de Reserva - CER, o valor excedente recebido é registrado como adiantamento de clientes.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A Administração avalia os seus ativos financeiros e identificou que não existem impactos de *impairment* a serem reconhecidos, tendo em vista que a Companhia não possui títulos em atraso, histórico ou expectativa de perdas.

2.4 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos.

Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que esse custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada limitada ao prazo de concessão, a taxas anuais variáveis descritas na Nota 9, levando em consideração a vida útil estimada dos bens.

O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável, quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.5).

2.5 Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. Em 2022 e 2021, não foram identificados indicativos de perdas.

2.6 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.7 Arrendamentos operacionais

A Companhia possui contratos de arrendamentos referentes aos terrenos nos quais estão as instalações do seu parque eólico.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e em sua maioria estão relacionados com o prazo do contrato de fornecimento de energia. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos fluxos de contraprestações fixas (incluindo pagamentos fixos na essência). Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento.

A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; e
- quaisquer custos diretos iniciais.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado.

A Companhia não espera impactos em sua capacidade de cumprir os acordos contratuais de limite máximo de alavancagem em empréstimos (covenants). Os impactos na demonstração de resultados estão demonstrados na Nota 12.

2.8 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) e o valor possa ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.9 Provisão para desmobilização

A Companhia reconhece provisão para desmobilização referente às obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamentos do terreno onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão foi reconhecida no início da operação do parque e foi mensurada a seu valor justo e posteriormente ao custo amortizado, sendo revisada anualmente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico.

2.10 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.11 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado.

2.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado.

Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Companhia adota o regime de lucro real.

Imposto diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

2.13 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao valor justo ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

As subvenções para investimento passaram a ser contabilizadas no resultado a partir da aplicação da Lei nº 11.638/07. Posteriormente são destinadas para reserva de incentivos fiscais.

Incentivo Federal

A Sociedade é beneficiária de subvenções Federais obtidas por conta da realização de investimentos na implantação de unidades de produção de energia renovável sediadas na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, esse incentivo fiscal é concedido pelo prazo certo de 10 (dez) anos, para os empreendimentos que comprovarem, junto à SUDENE, a realização de investimentos na Região Nordeste do Brasil, desde que atendidas todas as condições e obrigações exigidas na legislação pertinente para

Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

obter a contrapartida da União, dentro das políticas públicas de emprego de recursos federais no fomento ao desenvolvimento da região Nordeste do País.

No ano de 2016, a Companhia obteve esse incentivo, válido até 2025. O valor a ser recebido da União durante o prazo certo de sua concessão consiste num montante equivalente ao resultado da aplicação do percentual de 75% (setenta e cinco por cento) sobre uma base de cálculo legalmente denominada de lucro da exploração (art. 1º da MP 2.199-14/01 e art. 1º do Decreto nº 6.539/2008).

A Administração cumpre todas as exigências para obtenção dessas subvenções, especialmente as relacionadas à comprovação dos investimentos, geração dos empregos, volume de produção, bem como, não distribui na forma de dividendos os valores deles decorrentes.

Até então, entende-se que não foi descumprido qualquer condição que impeça a continuidade do direito de usufruir os benefícios das subvenções governamentais que lhe foram concedidas.

2.14 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre Lucro ICPC 22

A Companhia avalia a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais quando são adotados tratamentos fiscais incertos, em virtude de quaisquer procedimentos na apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) ou da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) que possam ser questionados por autoridade fiscal e, conseqüentemente, implicar aumento ou diminuição de ativos, passivos fiscais correntes e diferidos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia, não identificou impactos na aplicação do ICPC 22.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas abaixo.

(a) Vida útil econômica de ativos não financeiros

Conforme o OCPC 05 - Contratos de Concessão, para os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide da Lei n.º 10.848/04, que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluído terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão.

A administração reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base no menor prazo entre a concessão (Nota 1) e nas vidas úteis estimadas de cada bem.

(b) Conta de ressarcimento—CCEE

A Conta de ressarcimento – CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais. A administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Provisão para desmobilização

A provisão para desmobilização de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo dos Complexos solares e eólicos. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

(d) Passivo de arrendamento

No reconhecimento inicial os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento são remensurados se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros e regulatórios. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos.

A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Riscos regulatórios

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estar entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto. Os recebíveis têm risco considerado baixo considerando as características do cliente da Companhia (CCEE).

As vendas de energia são efetuadas para consumidores livres, comercializadoras, distribuidoras e geradoras por meio de contratos bilaterais e em contratos no ambiente regulado (leilões de energia), tanto no longo como no curto prazo. Nos contratos bilaterais de venda de energia no longo prazo no ambiente de contratação livre, a Companhia possui três processos focados na mitigação de risco: (i) Análise de Crédito: Análises de demonstrativos financeiros dos clientes, concorrência, setor econômico de atuação e restritivos externos junto a bureaus de crédito, (ii) cálculo do rating de acordo com modelo interno e (iii) exigência de garantias: conforme análise de crédito, rating e condições contratuais. Para o mercado de curto prazo, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas à regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Acima de três anos</u>
Em 31 de dezembro de 2022			
Fornecedores	1.176		
Partes relacionadas	16.198	3.114	12.803
Contas a pagar – CCEE	7.940	8.527	6.461
Arrendamentos	119	128	2.522
Em 31 de dezembro de 2021			
Fornecedores	755		
Partes relacionadas	14.979	4.696	19.305
Contas a pagar – CCEE	10.587		5.539
Arrendamentos	110	119	2.650

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
		(Reapresentado)
Total das obrigações partes relacionadas: (Nota 8)	32.115	38.980
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(11.357)	(8.019)
Dívida líquida (a)	<u>20.758</u>	<u>30.961</u>
Total do patrimônio líquido	<u>27.779</u>	<u>34.500</u>
Total do capital (b)	<u>48.537</u>	<u>65.461</u>
Índice de alavancagem financeira - % (a / b)	43%	47%

Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.3 Gestão de risco climático

A Companhia possui uma equipe de gestão de riscos corporativos, incluindo os riscos relacionados às mudanças climáticas, com metodologias, ferramentas e processos próprios que visam garantir a identificação, a avaliação e o tratamento dos seus principais riscos. Tal estrutura, através da sua sistemática de gestão, permite o monitoramento contínuo dos riscos e seus eventuais impactos, o controle das variáveis envolvidas e a definição e implementação de medidas mitigatórias, que visam reduzir as exposições identificadas. A avaliação da Companhia sobre os potenciais impactos das mudanças climáticas e a transição para uma economia de baixo carbono é efetuada de forma contínua e seguirá evoluindo e, quando aplicável, seus impactos serão considerados e avaliados pela sua gestão.

4.4 Estimativa do valor justo

Demais ativos e passivos estão mensurados ao custo, entretanto, pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalentes de caixa, das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos.

5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- i. Mensurados ao custo amortizado.
- ii. Valor justo por meio do resultado

i. Mensurados ao custo amortizado

Os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

ii. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia classificou assim seus instrumentos financeiros ativos e passivos:

	<u>2022</u>	<u>2021</u> (Reapresentado)
Mensurados ao custo amortizado		
Ativos		
Caixa e equivalente de caixa (Nota 6)	11.357	8.019
Contas a receber (Nota 7)	2.471	2.229
Partes relacionadas (Nota 8)	<u>921</u>	<u>2.984</u>
	<u>14.749</u>	<u>13.232</u>
Passivos		
Fornecedores (Nota 10)	1.176	755
Partes relacionadas (Nota 8)	32.115	38.980
Contas a pagar – CCEE (Nota 11)	22.928	16.126
Arrendamentos a pagar (Nota 12)	<u>2.769</u>	<u>2.879</u>
	<u>58.988</u>	<u>58.740</u>

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Numerário disponível	141	89
Investimentos de curto prazo (a)	11.216	7.930
Total caixa e equivalentes de caixa	<u>11.357</u>	<u>8.019</u>

- (a) As aplicações financeiras são remuneradas a uma taxa média de 100% do CDI (2021: 101% do CDI), e por não haver restrições ao resgate antecipado dos valores aplicados e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, as aplicações foram consideradas equivalentes de caixa.

7 Contas a receber

De acordo com o contrato de energia de reserva – CER, o valor a ser faturado mensalmente é calculado linearmente em relação à quantidade anual contratada, independentemente da quantidade de energia efetivamente disponibilizada.

A energia contratada é igual ao montante de energia associado ao leilão vencido pela Companhia. A partir do segundo quadriênio, a energia contratada será o valor médio anual do montante efetivamente produzido pela Companhia desde o primeiro quadriênio até o término do quadriênio anterior, limitado ao montante de energia associado ao leilão vencido.

Conforme o CER, a apuração do saldo acumulado da energia (energia faturada e o montante efetivamente disponibilizado) será feita em dois processos, um ao final de cada ano contratual e outro ao final de cada quadriênio, sendo que no último ano de cada quadriênio, ambos processos serão realizados.

Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O saldo acumulado de energia, anualmente apurado, observará a faixa de tolerância a qual limita a geração a uma margem inferior a até 10% (dez por cento) abaixo do valor da energia contratada referente ao período considerado e uma margem superior de até 30% (trinta por cento) acima do valor da energia contratada aplicável no mesmo período. Sendo a geração que supere estes limites considerada fora da faixa de tolerância.

Os valores a receber em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, estão assim compostos:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Contas a receber referente a venda de energia(a)	2.189	2.013
Contas a receber (Mercado de curto prazo)	1	
Outras contas a receber (b)	<u>281</u>	<u>216</u>
Total circulante	<u>2.471</u>	<u>2.229</u>

- (a) Refere-se à venda de energia elétrica para a CCEE relativa ao faturamento do parque eólico, à vencer em janeiro de 2023.
- (b) Refere-se a contas a receber junto a Gamesa decorrente de penalização por descumprimento da garantia de disponibilidade e contas a receber junto ao Consórcio Conexão cuja Companhia é parte integrante. Esses valores serão recebidos no decorrer de 2023.

Não existem valores de contas a receber vencidos nos períodos apresentados. Além disso, não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

8 Partes Relacionadas

<u>Ativo circulante</u>	<u>Operação</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Cubico Brasil	Nota de débito (a)		2.017
<u>Ativo não circulante</u>	<u>Operação</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ventos de Santo Onofre I	Nota de débito (a)	921	967
<u>Passivo circulante</u>	<u>Operação</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ventos de São Tito Holding S.A.	Nota de débito (a)	322	142
Ventos de Santo Onofre I	Nota de débito (a)	14	97
Cubico Brasil	Nota de débito (a)		153
Ventos de São Tito Holding S.A.	Cessão de recebíveis (b)	<u>15.862</u>	<u>14.587</u>
		16.198	14.979
<u>Passivo não circulante</u>	<u>Operação</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ventos de São Tito Holding S.A.	Cessão de recebíveis (b)	<u>15.917</u>	<u>24.001</u>
<u>Dividendos a pagar</u>	<u>Operação</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ventos de São Tito Holding S.A.	Dividendos (c)	<u>1.363</u>	<u>1.363</u>
<u>Despesas financeiras</u>	<u>Operação</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ventos de São Tito Holding S.A.	Cessão de recebíveis (b)	<u>(8.002)</u>	<u>(6.826)</u>

Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) Refere-se a saldo da Companhia decorrente do compartilhamento de despesas entre as empresas do mesmo grupo econômico. Em novembro de 2022, a Companhia passou a integrar o Grupo AES Brasil, liquidando todas as transações anteriores com outras empresas antes consideradas partes relacionadas.
- (b) Refere-se a cessão de recebíveis pela controladora Ventos de São Tito Holding S.A. para a Companhia, para permitir os investimentos necessários à construção dos parques eólicos, com prazo de pagamento de 14 anos e taxa de juros de 0,31% a.m. conforme Nota 17 (a).
- (c) Refere-se a dividendos mínimos obrigatórios distribuídos nos exercícios de 2016 a 2020 e ainda não pagos em sua totalidade.

A taxa praticada entre as partes relacionadas é reduzida uma vez que os recursos captados no grupo para financiamento de longo prazo dos projetos foram obtidos perante o BNDES com taxas reduzidas, dessa forma, a administração entende que as mesmas se aproximam da realidade no contexto do grupo. Caso a natureza e origem dos recursos fosse distinta, os efeitos na posição econômico-financeira e no resultado poderia ser diferente.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os administradores da Companhia são executivos do acionista controlador e por esse motivo seus honorários são pagos pelo acionista.

9 Imobilizado e Intangível

	2022		2021		Taxas anuais de depreciação (%)
	Custo	Depreciação / amortização acumulada	Saldo Líquido	Saldo líquido	
Aerogeradores e estrutura do parque eólico (a)	124.541	(42.709)	81.832	89.153	5
Desmobilização	2.449	(857)	1.592	1.714	5
Bens em operação	32	(15)	17	17	10 a 20
Direito de uso – Arrendamentos (b)	3.129	(762)	2.367	2.621	
Projetos	246	(84)	162	176	5
Total Imobilizado e intangível	130.397	(44.427)	85.970	93.681	

- (a) Os aerogeradores estão sendo depreciados conforme o prazo de operação concedido pela ANEEL.
- (b) Trata-se do direito de uso decorrente dos contratos de arrendamento de terrenos onde está instalado o parque eólico, conforme informado na Nota 12.

Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Conforme mencionado na Nota 2.5, a Administração da Companhia tem por prática a avaliação e o monitoramento periódico do desempenho futuro dos seus ativos e nos exercícios de em 2022 e 2021, não identificou indicativos de perdas a serem reconhecidas.

Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imobilizado apresenta a seguinte movimentação:

	<u>Aerogeradores e estrutura do parque eólico</u>	<u>Bens em operação</u>	<u>Desmobilização</u>	<u>Arrendamentos (*)</u>	<u>Projetos</u>	<u>Total</u>
Custo						
Em 1º de janeiro de 2021	124.819	25	2.449	3.073	242	130.608
Aquisições	2.717			56	4	2.777
Baixas	<u>(1.043)</u>					<u>(1.043)</u>
Em 31 de dezembro de 2021	<u>126.493</u>	<u>25</u>	<u>2.449</u>	<u>3.129</u>	<u>246</u>	<u>132.342</u>
Aquisições	2.585	7				
Baixas	<u>(4.537)</u>					
Em 31 de dezembro de 2022	<u>124.541</u>	<u>32</u>	<u>2.449</u>	<u>3.129</u>	<u>246</u>	<u>130.397</u>
Depreciação						
Em 1º de janeiro de 2021	(31.099)	(3)	(612)	(336)	(56)	(32.106)
Depreciação	<u>(6.241)</u>	<u>(5)</u>	<u>(123)</u>	<u>(172)</u>	<u>(14)</u>	<u>(6.555)</u>
Em 31 de dezembro de 2021	<u>(37.340)</u>	<u>(8)</u>	<u>(735)</u>	<u>(508)</u>	<u>(70)</u>	<u>(38.661)</u>
Baixas	847					847
Depreciação	<u>(6.216)</u>	<u>(7)</u>	<u>(122)</u>	<u>(254)</u>	<u>(14)</u>	<u>(6.613)</u>
Em 31 de dezembro de 2022	<u>(42.709)</u>	<u>(15)</u>	<u>(857)</u>	<u>(762)</u>	<u>(84)</u>	<u>(44.427)</u>
Saldo contábil, líquido						
Em 31 de dezembro de 2021	<u>89.153</u>	<u>17</u>	<u>1.714</u>	<u>2.621</u>	<u>176</u>	<u>93.681</u>
Em 31 de dezembro de 2022	<u>81.832</u>	<u>17</u>	<u>1.592</u>	<u>2.367</u>	<u>162</u>	<u>85.970</u>

(*) O acréscimo de imobilizado decorrente do CPC 06 não apresenta efeito em caixa, portanto não está demonstrado na DFC.

Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022, os fornecedores referem-se, principalmente, a materiais e serviços, adquiridos no curso normal dos negócios, necessários para a manutenção do parque, no montante consolidado de R\$ 1.176 (2021: R\$ 755).

11 Contas a pagar – CCEE

	Constrained - off	Apuração ano suprimento corrente	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	9.682	6.444	16.126
Circulante	9.682	905	10.687
Não circulante		5.539	5.539
Total	9.682	6.444	16.126
Saldos em 31 de dezembro de 2022	15.395	7.533	22.928
Circulante	6.868	1.072	7.940
Não circulante	8.527	6.461	14.988
Total	15.395	7.533	22.928

Refere-se ao somatório das diferenças mensais apuradas durante o período de operação entre a energia gerada e a energia contratada, que será faturado conforme CER. Os valores classificados no circulante se referem a valores que irão vencer nos próximos 12 meses e os classificados no não circulante aos valores que irão vencer após os próximos 12 meses. No fechamento do último ano de suprimento pela CCEE ficou determinado que os valores de ressarcimentos anuais que são feitos em 12 parcelas não seriam realizados até uma definição por parte da ANEEL sobre a questão do *constrained-off*, a Companhia manteve o valor de R\$ 15.395 (2021: R\$ 9.682) referente aos ressarcimentos não efetuados segregados conforme cronograma de ressarcimento.

Cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas

Os eventos de Constrained-off (c-off) de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao c-off de usinas.

O Despacho nº 2.303/2019 emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, determinou à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE que suspendesse os ressarcimentos relativos aos eventos de c-off das usinas eólicas atrelados à contratação de energia elétrica no ambiente regulado e à contratação de energia de reserva até que decisão final sobre a regulação fosse tomada. Com a aprovação da

Resolução Normativa ANEEL nº 927 de 2021 que estabeleceu os procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por c-off de usinas eólicas, ficou pendente por parte da CCEE a publicação de cronograma de processamento dos ressarcimentos.

Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 23 de dezembro 2022 a CCEE divulgou o comunicado (CO 970/22), informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas considerando a energia não fornecida por c-off das usinas comprometidas com Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR por Disponibilidade e Contratos de Energia de Reserva - CER.

As reparações irão considerar a regra do “período transitório” que contempla apenas os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021. Os efeitos de c-off serão calculados para CCEARs e CERs com término do ano contratual até setembro de 2021.

Para o “período definitivo”, referente a outubro de 2021 em diante, a CCEE comunicou que ainda não é possível prever um cronograma de reparações, uma vez que o processo da Consulta Pública ANEEL nº 22/2022 com os aprimoramentos das regras de comercialização em atendimento à REN nº 927/2021 não foi concluído.

12 Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamento dos terrenos nos quais estão instalados os parques eólicos, com prazo médio de 46 anos, o valor de direitos de uso reconhecidos no ativo imobilizado está especificado na Nota 9.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 16 contratos de arrendamentos e reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, adicionalmente, a Companhia reconheceu no resultado a amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento, conforme apresentado na Nota 2.7.

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia de 8,02% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

Passivo de arrendamento

Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.921
Remensuração	56
Juros apropriados	220
Pagamentos	(318)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.879
Juros apropriados	219
Pagamentos	(329)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.769
Circulante	119
Não Circulante	2.650

Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

Vencimento	2022	2021
Até 12 meses	119	110
De 13 a 24 meses	128	119
De 25 a 36 meses	138	128
De 37 a 48 meses	149	138
De 49 a 60 meses	161	149
Acima de 61 meses	2.074	2.235
Total	2.769	2.879

Resultado com arrendamento

Impactos na demonstração do resultado	2022	2021
Despesas com depreciação e amortização	(254)	(172)
Despesas financeiras	(219)	(220)
Total - impacto na despesa líquida	(473)	(392)

13 Provisão para desmobilização

A Companhia assumiu obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento do terreno onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão foi reconhecida do início da operação do parque e foi mensurada ao seu valor justo sendo revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico.

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo total da provisão para desmobilização de ativos era de R\$ 4.323 (2021: R\$ 4.100) registrada no passivo não circulante.

14 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social subscrito é R\$ 40.001 e integralizado é R\$ 31.223 e está representado por 40.001.000 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal com direito a voto nas Assembleias Gerais da Companhia.

(b) Aumento e redução de capital

A Assembleia Geral poderá, a qualquer tempo, aumentar o número de ações ordinárias e/ou criar preferenciais de uma classe ou mais, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais ações, observadas as normas do Estatuto.

(c) Destinação dos lucros

Conforme estatuto social, os lucros apurados correspondentes a cada exercício social serão destinados da seguinte forma: 5% (cinco por cento) do lucro líquido serão destinados para constituição da reserva legal que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social; 25% (cinco por cento) serão distribuídos aos acionistas na forma de dividendos mínimos obrigatórios; o saldo remanescente, se houver, poderá ser destinado à formação de reserva para equalização de dividendos que será limitada a 50% (cinquenta por cento) do capital social ou ser retido visando atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas em orçamento geral da Companhia.

Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia apresentou prejuízo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não havendo, portanto, destinação de lucros.

15 Receita líquida de vendas de energia

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<u>Receita bruta de vendas</u>		
Venda de energia (a)	18.664	18.937
<u>Impostos sobre vendas</u>		
Pis / Cofins	(681)	(702)
Total	<u>17.983</u>	<u>18.235</u>

(a) Energia vendida junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica pelo contrato de energia de reserva.

16 Custo operacional e despesas administrativas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Depreciações e amortizações	(6.613)	(6.555)
Encargos de uso do sistema de transmissão – CUST (a)	(1.285)	(1.139)
Apoio operacional e manutenção	(3.567)	(4.306)
Gastos com pessoal	(945)	(1.048)
Serviços de terceiros	(283)	(346)
Despesas com seguros	(471)	(240)
Despesas de viagens	(28)	(26)
Despesas tributárias	(2)	
Doações (b)	(1.674)	
Outras receitas		5
Despesas gerais	(272)	(238)
Total	<u>(15.140)</u>	<u>(13.893)</u>
<u>Classificados como:</u>		
Custos de operação	(12.616)	(13.060)
Despesas gerais e administrativas	(850)	(838)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	(1.674)	5
Total	<u>(15.140)</u>	<u>(13.893)</u>

(a) Refere-se a encargos que se tornaram devidos a partir do momento que o Parque Eólico entrou em operação.

(b) Refere-se aos termos de transferência não onerosa celebrado entre os participantes dos Consórcios Conexão e Circuito Duplo, junto à Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A, realizando a doação de ativos referentes a instalações da linha de transmissão compartilhada, bay de conexão de demais instalações vinculadas e necessárias as funções de medição.

Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Receitas e despesas financeiras

	<u>2022</u>	<u>2021</u> (Reapresentado)
<u>Despesas financeiras</u>		
Despesas bancárias	(10)	(22)
Juros de cessão de recebíveis (a)	(8.002)	(6.826)
Pis/Cofins sobre receitas financeiras	(43)	(18)
Atualização financeira arrendamentos (Nota 12)	(219)	(220)
Atualização provisão para desmobilização	(223)	(620)
Juros passivos	(613)	(634)
Outras despesas financeiras	(5)	(8)
Total de despesas financeiras	<u>(9.115)</u>	<u>(8.348)</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimentos de aplicações financeiras	925	375
Juros ativos	7	1
Outras receitas financeiras		1
Total de receitas financeiras	<u>932</u>	<u>377</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(8.183)</u>	<u>(7.971)</u>

(a) Refere-se aos juros decorrentes do contrato de cessão de recebíveis com a Ventos de São Tito Holding S.A (Nota 8).

18 Imposto de renda e contribuição social

	<u>2022</u>	<u>2021</u> (Reapresentado)
Resultado antes do IR e CS	(5.340)	(3.629)
(+) Adições (temporárias e permanentes) (i)	2.505	864
(-) Exclusões (temporárias e permanentes) (i)	<u>(4.962)</u>	<u>(4.517)</u>
(=) Prejuízo fiscal	(7.797)	(7.282)

(i) Os ajustes temporários referem-se basicamente a adições de provisões e exclusões de diferenças de depreciação contábil/fiscal

Em 2022, a Companhia acumula prejuízos fiscais de R\$ 19.394 (2021 R\$ 11.597). A Administração não possui expectativa de lucros tributáveis futuros e, portanto, não realizou registro de impostos diferidos nas demonstrações, no montante aproximado de R\$ 6.594 (2021: R\$ 3.943)

O imposto de renda e a contribuição social constantes na Demonstração de Resultado do Exercício se referem também ao IR e CSLL diferidos. Tal valor foi calculado com base nas diferenças temporárias de adições e exclusões ao lucro real.

Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ajustes temporários, líquidos acumulados	29.427	25.296
IRPJ – 15% e adicional 10%	7.189	6.180
CSLL – 9%	2.648	2.276
Saldo passivo acumulado	9.837	8.456
Efeito no resultado do exercício	1.381	1.182

19 Seguros

Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração da Companhia cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Riscos operacionais	29/09/2022	29/09/2023	443.216
Responsabilidade civil geral	29/09/2021	29/03/2023	30.000
Riscos ambientais (i)	09/12/2022	01/04/2023	10.000
Responsabilidade civil de administradores- D&O (i)	30/11/2022	01/04/2023	100.000
Frota veículos - RCF	23/12/2021	23/12/2022	405

(i) Cobertura compartilhada com outras empresas do Grupo AES Brasil (cosseguradas)

20 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2022

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em, ou após 1º de janeiro de 2022, estão evidenciadas a seguir:

Alteração ao IAS 16/CPC 27: Ativo Imobilizado

A alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.

Alteração ao IAS 37/CPC 25: Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As alterações ao IAS 37/CPC 25 especificam que, ao determinar se um contrato é oneroso, devem ser considerados os custos diretamente relacionados a esse contrato. As alterações também especificam que esses custos consistem tanto nos custos incrementais do cumprimento de um contrato (por exemplo, mão de obra direta e materiais) quanto na alocação de outros custos diretos (dando o exemplo da taxa de depreciação de um item do ativo imobilizado utilizados no cumprimento desse contrato, entre outros).

Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Aprimoramentos anuais – Ciclo 2018-2020:

- IFRS 1/CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que o adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
- IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros: esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
- IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamentos: alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
- IAS 41/CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola: remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41/ CPC 29 com as demais normas IFRS.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foram avaliadas e estão listadas na tabela a seguir. A pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Correlação IASB	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	IFRS 10	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 50 – Contratos de seguros	IFRS 17	Adoção inicial.	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	IAS 12	Imposto diferido relacionado à ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	IAS 1	Fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis	1º de janeiro de 2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IAS 8	Introduz a definição de 'estimativa contábeis'.	1º de janeiro de 2024
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	IAS 1	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante.	1º de janeiro de 2024
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	IAS 1	Passivo não circulante com 'covenants'.	1º de janeiro de 2024
CPC 06 (R2) – Arrendamentos	IFRS 16	Requisitos de mensuração para passivos de arrendamento decorrentes de transações de	1º de janeiro de 2024

Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Eventos subsequentes

Decisão Relativização Coisa Julgada

No dia 08.02.2023, por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva transitada em julgado, sobre a constitucionalidade de tributos recolhidos de forma continuada (relação tributária de trato sucessivo), perde seus efeitos automaticamente caso o STF se pronuncie, posteriormente, em sentido contrário. Isso significa, na prática, que decisões proferidas em ação direta (ADI ou ADC) ou em sede de recurso extraordinário com repercussão geral interrompem os efeitos das decisões anteriores, no contexto de relações tributárias de trato sucessivo, mesmo que já transitadas em julgado. A decisão do STF determinou que, nos casos em que uma coisa julgada seja desconstituída e o respectivo tributo seja considerado devido, devem ser respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventa e a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo (Decisão Relativização Coisa Julgada).

A Companhia avaliou a referida decisão do STF e não identificou impacto no resultado, também sem necessidade de divulgação, pois avalia como remoto o reflexo sobre os referidos processos.

* * *